

**TURISMO EM TERRITÓRIO INDÍGENA NO  
PANTANAL SUL: DESAFIOS DA DEMANDA  
COMUNITÁRIA**

**TOURISM IN INDIGENOUS TERRITORY IN THE  
SOUTH PANTANAL: CHALLENGES OF COMMUNITY  
DEMAND**

**TURISMO EN TERRITORIO INDIGENA EN  
PANTANAL SUR: DESAFÍOS DE LA DEMANDA  
COMUNITARIA**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2024.i2.p.221-239

Álvaro Banducci Júnior  
Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo - USP  
banducci@uol.com.br

Mara Aline Ribeiro  
Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
mara-aline.ribeiro@ufms

Jhemerson da Silva e Neto  
Doutorando no PPGEdC da Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
jhemerson.neto@unesp.br

## RESUMO

O presente artigo trata do turismo em territórios indígenas no Pantanal Sul, junto ao povo *Kadiwéu*. O trabalho foi realizado nas aldeias Alves de Barros e Campina, na Terra Indígena *Kadiwéu*. O objetivo do trabalho é analisar como a atividade turística, idealizada e articulada pelos próprios moradores, tem se tornado uma parte integrante das esferas econômicas, sociais e políticas da comunidade, seja como uma aspiração de desenvolvimento ou como uma prática já implementada. O material de campo foi interpretado com base em referenciais teóricos da antropologia e da geografia do turismo, bem como, pautados em estudos sobre os povos indígenas do Pantanal. A pesquisa analisou as ações gradativas desenvolvidas pelo povo *Kadiwéu*, com especial atenção ao protagonismo das mulheres na promoção do turismo. O estudo destaca a relação entre autodeterminação e autogestão, elementos centrais nas iniciativas locais. Os resultados indicam que, apesar dos desafios sociais e culturais enfrentados, os *Kadiwéu* têm buscado ampliar sua participação no mercado turístico regional. As iniciativas, embora incipientes, evidenciam uma tentativa de gerar benefícios econômicos para a comunidade, ao mesmo tempo em que promovem e reafirmam suas identidades étnicas.

**Palavras-chave:** Pantanal; Kadiweu/Ejijwajegi; Turismo de Base Comunitária; Etnoturismo.

## ABSTRACT

This article addresses tourism in Indigenous territories of the Southern Pantanal, focusing on the *Kadiwéu* people. The study was conducted in the villages of Alves de Barros and Campina, located within the *Kadiwéu* Indigenous Territory. The aim of the research is to analyze how tourism, conceived and organized by the local residents themselves, has become an integral part of the community's economic, social, and political spheres, whether as a developmental aspiration or as an already implemented practice. Field data were interpreted based on theoretical frameworks from anthropology and the geography of tourism, as well as studies on the Indigenous peoples of the Pantanal. The research examined the gradual initiatives developed by the *Kadiwéu*, with particular attention to the role of women in promoting tourism. The study highlights the relationship between self-determination and self-management, which are central elements in the local initiatives. The results indicate that despite the social and cultural challenges faced, the *Kadiwéu* have sought to expand their participation in the regional tourism market. Although still in the early stages, these initiatives demonstrate an effort to generate economic benefits for the community, while simultaneously promoting and reaffirming their ethnic identities.

**Keywords:** Pantanal; Kadiweu/Ejijwajegi; Community-Based Tourism; Ethnotourism.



## RESUMEN

Este artículo aborda el turismo en territorios indígenas del Pantanal Sur, centrándose en el pueblo Kadiwéu. El estudio se realizó en las aldeas Alves de Barros y Campina, dentro del Territorio Indígena Kadiwéu. El objetivo de la investigación es analizar cómo la actividad turística, concebida y articulada por los propios residentes, se ha convertido en una parte integral de las esferas económicas, sociales y políticas de la comunidad, ya sea como una aspiración de desarrollo o como una práctica ya implementada. Los datos de campo fueron interpretados a partir de marcos teóricos de la antropología y la geografía del turismo, además de estudios sobre los pueblos indígenas del Pantanal. La investigación examinó las iniciativas graduales desarrolladas por el pueblo Kadiwéu, con especial atención al protagonismo de las mujeres en la promoción del turismo. El estudio resalta la relación entre autodeterminación y autogestión, elementos centrales en las iniciativas locales. Los resultados indican que, a pesar de los desafíos sociales y culturales enfrentados, los Kadiwéu han buscado ampliar su participación en el mercado turístico regional. Aunque incipientes, estas iniciativas evidencian un esfuerzo por generar beneficios económicos para la comunidad, al mismo tiempo que promueven y reafirman sus identidades étnicas.

**Palabras clave:** Pantanal; Kadiweu/Ejijwajegi; Turismo de Base Comunitaria; Etnoturismo.

## 1.INTRODUÇÃO

O turismo, como atividade socioeconômica estruturada e voltada para o mercado amplo da viagem e do lazer, começou a se desenvolver em Mato Grosso do Sul no final da década de 1970. Foi o Pantanal e seu entorno, incluindo os atrativos naturais, hoje mundialmente conhecidos do município de Bonito e da Serra da Bodoquena, que despertaram o interesse pela visitação turística ao estado. Os ecossistemas pantaneiros com considerável grau de conservação e riqueza de espécies, a ictiofauna variada e abundante e a elevada piscosidade dos rios serviram de instrumento para a formação e consolidação de um setor econômico até então pouco conhecido e explorado regionalmente.

Nesse mercado, a pesca esportiva foi a modalidade que mais se destacou, tornando-se, por décadas, a principal atividade turística da região e do estado. A partir do início dos anos 2000, ainda que sem perder seu protagonismo, o turismo de pesca esportiva experimentou uma fase de declínio. Enquanto na década de 1990 as visitas anuais de pescadores esportivos ao Pantanal Sul variavam em torno de 50.000 pessoas, em 2006, foram registrados apenas 15.000 turistas (CHIARAVALLOTTI, CATELLA; SIQUEIRA, 2021)<sup>1</sup>.

A redução da cota de captura e transporte de pescados; as novas áreas de atração de pescadores esportivos no norte do país, no Paraguai e na Argentina; o elevado número de turistas, que aumenta o esforço de pesca e reduz o número de exemplares per capita, são fatores que contribuíram para a promoção desse fenômeno. O fato é que essa modalidade de turismo, por essas e outras razões, como as demandas advindas de visitantes com distintos olhares e interesses, começou a ceder lugar a novas experiências turísticas no Pantanal, tal como o turismo focado na natureza e nas culturas regionais (ARAÚJO, 2023).

---

<sup>1</sup> Esse índice se manteve flutuante no decorrer dos anos, havendo períodos de recuperação e outros de declínio no fluxo de visitantes. Segundo o Observatório de Turismo do Pantanal, em 2015, o município pantaneiro de Corumbá recebeu 52.045 turistas da pesca (Jornal Correio do Estado, 19/11/2015. In: <https://correiodoestado.com.br/cidades/municipio-recebe-mais-de-50-mil-turistas-na-temporada-de-pesca/263418/>. Acessado em julho de 2024).



Essas modalidades de turismo se organizam de maneira gradativa e, em muitos casos, associadas ao turismo da pesca (BANDUCCI JÚNIOR, 2007). A essa oferta turística aos poucos se somou o turismo de base ecológica, melhor estruturado e orientado. Em decorrência da crise que se abateu sobre a pecuária pantaneira nos anos de 1980, cujas técnicas de criação e de abate não permitiam competir com o mercado da carne nacional (RIBEIRO, 2015), algumas propriedades, sobretudo aquelas localizadas em áreas de reconhecida beleza cênica e servidas por infraestrutura de acesso, passaram a implementar experiências no campo do turismo de natureza e rural, servindo como atividade secundária e como meio complementar de renda às práticas pastoris, tradicional atividade econômica da região.

Com a expansão gradativa dessas modalidades de turismo, sobretudo nos municípios pantaneiros de Aquidauana, Corumbá e Miranda, em Mato Grosso do Sul, nova clientela de turistas se fez sentir no ambiente do turismo no Pantanal, trazendo outras sensibilidades e interesses para além da pesca, que incluem a natureza, mas também os povos tradicionais e suas culturas. Desse modo, a vida rural, as tradições do gado, as culturas indígenas, seus costumes, rituais e suas artes passam a constituir demandas por parte dos turistas que visitam a região (ARAÚJO, 2023). De outro lado, a presença desses visitantes tende a afetar de diferentes maneiras a vida de muitas comunidades locais, seja em decorrência da oferta variada de trabalho, comumente de baixa remuneração, seja por abrir um mercado consumidor para seus produtos agrícolas, artesanais e artísticos (ARAÚJO, 2023).

Tal presença tem estimulado o engajamento gradativo de novos atores no cenário turístico do Pantanal, como é o caso de algumas sociedades indígenas, que têm buscado participação na atividade turística segundo seus interesses comunitários e suas prerrogativas culturais. Trata-se, segundo Cooper *et al.* (2007), de um movimento no campo do turismo de base comunitária e inclusivo, pois, como veremos, ainda que em fase inicial, trata-se de experiências de caráter autodeterminado e que se voltam para viajantes com expectativas e comportamentos mais condizentes com o modelo de turismo que as comunidades se dispõem a implantar, com ênfase nos aspectos étnico e ecológico e voltado para o benefício coletivo.

O estado de Mato Grosso do Sul abriga atualmente onze etnias indígenas, sendo elas: Terena e *Kinikinau*, da família linguística aruaque; *Kaiowa* e Guarani, da família tupi-guarani; *Kadiwéu*, falantes da língua *guaikurú*; *Ofaié* e *Guató*, do tronco *macrojê*; *Chamacoco* e *Ayoreo* de língua *zamuco*; *Atikum* e *Camba*, cada qual com uma língua original isolada (CHAMORRO; COMBÈ, 2015). Desses povos, algumas etnias que habitam o território da planície pantaneira, tais como *Kadiwéu*, Terena, *Kinikinau* e *Guató*, cujos territórios apresentam potencialidades para o desenvolvimento do turismo, têm manifestado interesse em participar mais ativamente desse mercado e, como tal, vêm se mobilizando no sentido de promover o turismo de forma ordenada em suas terras.



Iniciativas de implantação de atividades em aldeias e de participação indígena autogerida no mercado turístico, não são, entretanto, extensivas a todos os grupos indígenas do estado, o que não implica em dizer que inexista um movimento determinado nesse sentido. É justamente para esse tipo de experiências, ainda incipientes, que se volta este estudo.

A partir de visitas técnicas realizadas nas Aldeias Alves de Barros e Campina, na T.I. *Kadiwéu*, o trabalho visa discutir, pautado em referencial teórico-metodológico da antropologia e da geografia, a forma como esse povo tem se aproximado e como ocorre atualmente sua participação nesse mercado turístico, os meios utilizados para ampliar sua inserção na atividade, o grau de autonomia, bem como os desejos e anseios das comunidades envolvidas no que se refere ao modelo de turismo idealizado e até o momento gestado nessas aldeias.

O artigo parte da caracterização do turismo tal como historicamente acontece em território pantaneiro, o espaço reservado aos povos indígenas nessa atividade e, em seguida, apresenta o povo indígena pesquisado e suas respectivas aldeias no Pantanal. Na parte analítica, o artigo discute o modo como atualmente os grupos se envolvem com a atividade turística, bem como suas demandas e esforços por intensificar sua participação num mercado no qual estão desde há muito inseridos, porém, sem desfrutar de autonomia e protagonismo.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Turismo indígena no Pantanal**

Reconhecido como Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera, em 2000, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Pantanal abrange um território que se estende por mais de 150 mil Km<sup>2</sup> em sua porção brasileira (IBGE, 2020), e ocupa pequena área de terras do Paraguai e da Bolívia. Trata-se de uma vasta planície que, para além da natureza em considerável grau de conservação, abriga inúmeras comunidades tradicionais, incluindo povos indígenas, trabalhadores do gado, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos e pequenos produtores agrícolas, cujas vidas e culturas têm atraído a atenção de visitantes, sobretudo aqueles ligados à prática do turismo ecológico e etnoturismo.

A presença indígena no turismo praticado no Pantanal pode ser notada desde os primeiros anos de implantação da atividade da pesca esportiva, pois a captura de iscas vivas, comercializadas com os turistas da pesca, contou desde então com o trabalho de catadores da etnia Terena, no município de Miranda (MS), um polo receptor de turistas da pesca (BANDUCCI JÚNIOR, 2006). Da mesma forma, nas confluências do rio Paraguai com o rio São Lourenço, pequenas comunidades de pescadores de iscas têm sido recentemente reconhecidas como pertencentes à etnia *Guató*, indígenas canoeiros que dominaram grandes extensões fluviais do Alto Paraguai e seus tributários (EREMITES DE OLIVEIRA, 2023).



Os povos indígenas do Pantanal também estão presentes no mercado turístico, e de forma muito expressiva, por meio do trabalho de mulheres artistas, sejam da etnia Terena ou *Kadiwéu*, pois é delas a arte cerâmica tão apreciada e cobiçada por turistas que visitam a região e que costumam adquirir artefatos como potes, travessas, panelas, figuras zoomórficas e antropomórficas, entre diversas outras peças que, valorizadas pelo comércio, constituem para as ceramistas meio de reconhecimento pessoal e étnico e fonte de renda para suas famílias.

No caso dos *Kadiwéu*, as cerâmicas podem ser comercializadas nas próprias aldeias, com visitantes que para lá se dirigem por motivos diversos e com intermediários, que encomendam as peças para serem posteriormente vendidas no mercado turístico. É comum, entretanto, as mulheres ceramistas se deslocarem até as cidades turísticas do estado, como Bonito, Miranda e Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, onde vendem suas peças a lojistas que as revendem aos turistas, o que faz delas hábeis intermediárias e articuladoras junto aos não indígenas. Tal contexto tem permitido a essas mulheres alcançar, não raro, nova condição e *status* no interior das aldeias, pois o acesso facilitado à sociedade não indígena e a criação de redes de relações comerciais e artísticas têm se traduzido não apenas no respeito por parte dos membros da aldeia, mas permitido um protagonismo equivalente ao de algumas lideranças masculinas<sup>2</sup>.

A condição de ceramistas e artistas, a que os anciãos da comunidade *Kadiweu* denominam *Iwalepodi Anodagaga*, que as particulariza como mulheres ceramistas (VERGÍLIO, 2023); a condição de comerciantes e de provedoras tem permitido a essas mulheres ampliar sua participação no campo decisório das políticas públicas das aldeias e mobilizar a atenção do grupo em torno de suas demandas e projetos, incluindo o de turismo.

A atividade turística em área indígena não é novidade para alguns grupos da etnia *Kadiwéu*. Em aldeias próximas à cidade de Bonito (MS), até recentemente era oferecido por uma agência dessa cidade um pacote de visitação ao Parque Nacional da Serra da Bodoquena, uma unidade de

---

<sup>2</sup> Por ocasião da segunda visita à Aldeia Alves de Barros, quando da inauguração da Casa das Mulheres Artistas Kadiwéu, na cerimônia de abertura todas as autoridades e representantes institucionais presentes foram convidados a falar. Ao final, a líder ceramista, que esteve à frente do projeto da Casa, expôs a longa e penosa trajetória das mulheres – os caminhos percorridos, os percalços e as parcerias a duras penas conquistadas – para realizar o sonho da edificação do espaço das mulheres artistas. Seu protagonismo e importância política se explicitaram não apenas pela obra ali materializada, e produto do esforço coletivo das ceramistas, como também pelo contexto cerimonial, repleto de autoridades e representantes indígenas e não indígenas, tais como o cacique Ciriaco Ferraz e o vice cacique Eteuvino de Almeida; a Secretária de Estado da Cidadania do Estado de Mato Grosso do Sul, Viviane Luiza da Silva; o representante da Funai; o diretor da Escola Estadual Indígena Antônio Alves; os representantes da universidade executora do projeto; entre outros membros de Ongs, pessoas do ramo empresarial e do movimento de mulheres. A presença da Secretária da Cidadania, que se deslocou de helicóptero até a aldeia, causou alvoroço na comunidade. A expectativa de sua visita era enorme, sendo a chegada do helicóptero saudada com fogos de artifício, pois tão respeitada autoridade, a bordo de tão inusitado aparelho, serviram para exacerbar o simbolismo da cerimônia e seu aspecto formal, legitimando o lugar da liderança feminina no seio do grupo. Em seguida à fala da líder, o cacique fez seu pronunciamento exaltando o papel das mulheres na vida política da aldeia, as suas conquistas, e expondo sua disposição para auxiliar na continuidade do projeto de implantar a visitação turística na aldeia, com o foco na reforma do prédio da antiga escola estadual, adaptando-o para servir de dormitório aos futuros visitantes.



conservação de proteção integral federal criada no ano 2000, localizada próxima à área indígena, incluindo visita a uma aldeia da TI *Kadiwéu*, inclusive no período da pandemia<sup>3</sup>. O pacote, atualmente suspenso<sup>4</sup>, oferecia transporte, guia credenciado, almoço e bebidas, além da visita à “Reserva Indígena *Kadiwéu*”.

No blog da agência de Bonito<sup>5</sup> o anúncio indicava:

O diferencial dos roteiros da Bonito Way através da parceria com a Lobo Guará Aventure é a possibilidade de o visitante visitar a Reserva Indígena *Kadiwéu*, conhecer sobre essa etnia e adquirir peças artesanais, após uma trilha de 7 quilômetros pelo Parque Nacional da Serra da Bodoquena, conhecendo o Rio Perdido (rio de água cristalina com tons de verde esmeralda) e recebendo informações desde a Guerra do Paraguai à influência dos índios na conquista desse território.

A presença dessas atividades sempre constituiu problema para o povo *Kadiwéu*, pois nunca se tratou de iniciativa dos próprios indígenas, mas de pacotes idealizados por agências da região que poucos benefícios trazem aos grupos receptores dos turistas. Uma cachoeira famosa por sua dimensão e beleza, no rio Aquidabã, localizada em território indígena, frequentemente é incluída nos roteiros de agências de Bonito, sem que os moradores das aldeias sejam consultados ou tenham qualquer retorno financeiro com as visitas. Em depoimento ao projeto 200 anos de Brasil (Banco do Brasil), realizado em 2008 pelo Museu da Pessoa, o indígena *Kadiwéu* Marcelo Silva, que viveu por longos anos fora da aldeia, mas que atuou como guia de turismo na região, aponta para um conflito entre empresários do turismo e sua gente.

[...] Eles invadiram as terras indígenas agora, porque eles estavam fazendo um atrativo turístico lá na aldeia e aí quando eles quebraram essa relação com o branco, porque o branco prometeu pagar aos índios um percentual daquilo por pessoa que eles iam ganhar, só que nunca foi repassado esse dinheiro. E agora os índios me pediram socorro, estão pedindo ajuda; estão todos os documentos aí pra ajudar pra encaminhar pro Governo pra dar uma olhada e ver como é que é. (Museu da Pessoa. Entrevista com Marcelo Silva, 2008.)

Apesar dessas experiências malsucedidas, que têm acontecido, sobretudo, nas aldeias próximas à cidade de Bonito, o interesse pelo turismo permanece vivo, tal como acontece nas Aldeias Alves de Barros e Campina, próximas à cidade de Bodoquena. Nesses locais, o que se assiste é um esforço despendido pela própria comunidade, decorrente em grande parte de iniciativas de mulheres, por implantar a prática turística em seus territórios visando ampliar sua atual participação nesse mercado, e estender os benefícios para a comunidade como um todo. Pereiro (2015) lembra que

<sup>3</sup> Em um site de venda de pacotes turísticos o anúncio recomendava ao final da página, no item “Cuidados com a Covid-19”: “Ah, e não se esqueça de usar máscara, higienizar as mãos com frequência e procurar manter o distanciamento social” (<https://www.hurb.com/br/tickets/bonito/pe-na-trilha-bonito-parque-nacional-da-serra-da-bodoquena-visita-na-reserva-indigena-kadiweu-com-transporte-de-hoteis-em-bonito-TKT-RcysVb?adults=1>).

<sup>4</sup> Em contato com a agência promotora do passeio foi repassada a informação de que o pacote está suspenso, sem entretanto informar as razões e sem fornecer maiores detalhes sobre a visita.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.bonitoway.com.br/pt-br/novidades/indios-kadiweu-kinikinou-uma-das-reservas-mais-bem-preservadas-em-bonito-ms>



existem muitas experiências exitosas no Brasil e no mundo de turismo autogerido em aldeias indígenas, em que os sujeitos desempenham papel determinante no desenvolvimento da atividade, não sendo meramente agentes passivos no cenário turístico. Para o autor, o turismo tal como pensado e gestado pelas sociedades tradicionais, se configura como uma forma de resistência e de afirmação da identidade cultural (PEREIRO, 2015).

Trata-se, de qualquer modo, de tema delicado, que requer cuidado e atenção, sobretudo, no dizer de Maldonado (2009, p. 25), “em função do impacto gerado por uma atividade muito competitiva e crescentemente internacionalizada em comunidades localizadas em regiões remotas, dedicadas às atividades tradicionais de sobrevivência, [em geral] com poucas fontes alternativas de rendimento”.

## 2.2 Os Kadiwéu.

Falantes da família linguística *Guaikurú*, os *Kadiwéu* são conhecidos como indígenas cavaleiros, por sua destreza com montarias. O território tradicional dos *Mbayá-Guaikurú*, ancestrais dos *Kadiwéu*, é o *Gran Chaco* paraguaio, “de onde se deslocaram entre o final do século XVIII e o início do XIX para a margem esquerda do rio Paraguai, ameaçados por espanhóis e portugueses, a quem opuseram constante resistência” (SILVA, 2015, p. 277). Ainda que fosse um povo nômade, com economia pautada na caça e na coleta, foi sobretudo a habilidade equestre que intensificou a mobilidade dos *Kadiwéu* (CHAMORRO; COMBÈ, 2015), que acabaram por dominar vasto território do sul do Mato Grosso do Sul, subjugando alguns povos e estabelecendo comércio e trocas matrimoniais com outros, como é o caso dos indígenas Terena e dos *Kinikinai* (PECHINCHA, 2014; SILVA, 2015). Para além da arte da guerra, a estética *Kadiwéu*, tal como expressa na pintura corporal e facial e no grafismo sobre o couro e a cerâmica, logo foram destacados por estudiosos e etnólogos, tais como Guido Bogginai (1945), Levi-Strauss (1996) e Darcy Ribeiro (1980), pela sua beleza e pela complexidade da trama mitológica e de significados através dos desenhos.

A primeira demarcação oficial do território *Kadiwéu* ocorreu no ano de 1900, por determinação do então presidente do antigo estado de Mato Grosso, cuja medição destinou aos indígenas uma área de 373.024 ha (SILVA, 2015). No ano de 1981, nova demarcação das terras foi realizada, por técnicos e agrimensores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e do exército que, corrigindo distorções da medição anterior, estabeleceram a área da Reserva Indígena *Kadiwéu* em 535.780 ha. A sua homologação ocorreu no ano de 1984, pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), através do Decreto nº. 89.578 (SILVA, 2015, p. 284). Apesar da posse incontestável, problemas fundiários têm sido uma constante em sua história e os *Kadiwéu*, fosse pela invasão de



posseiros, fosse pelos conflitos com fazendeiros arrendatários de suas terras para pastagem, acabaram por se estabelecer em faixa restrita da área que lhes é de direito (LADEIRA; AZANHA, 2014).

Nesse território, localizado no município de Porto Murtinho (MS), vivem aproximadamente 1.200 indivíduos, de acordo com dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DISEI/MS, 2019, *apud* VERGÍLIO, 2023), distribuídos em seis aldeias, sendo elas: a Alves de Barros, a principal e que fica na borda da planície; a Aldeia Campina, no alto da Serra da Bodoquena; e a Aldeia Córrego do Ouro, na parte baixa, todas acessíveis a partir da cidade de Bodoquena. Em área avançada da planície, com acesso pela cidade de Bonito, encontram-se a Aldeia Tomázia, a Aldeia Barro Preto e a Aldeia São João, sendo que nesta última vivem famílias Terena e *Kininau*. Existem também indígenas Kadiwéu residindo em cidades, como nos municípios de Bodoquena e de Bonito (SILVA, 2015).

Os *Kadiwéu* se autodenominam *Ejiwajegi* (pronuncia-se “edjiúadjegui”), que significa gente da palmeira *eyuguá*, conhecida em português como carandá (*Copernicia cerifera*), abundante em seu território (CHAMORRO; COMBÈ, 2015). Atualmente vivem da caça, da coleta, da agricultura e de um sistema de criação de gado em parceria com fazendeiros da região. Da mesma forma, “a produção de cerâmica, conhecida dentro e fora do país pela sua exuberância, tarefa exclusivamente feminina entre o povo *Kadiwéu*, também possibilita ganhos econômicos, uma vez que está voltada para a venda a turistas” (SILVA, 2015, p. 285).

No passado, a sociedade *Guaikuru* era estratificada e hierarquizada, possuindo três categorias de pessoas: a elite, composta pelos líderes e seus cativos; a camada mediana, ou “gente comum”, que não dispunham de cativos e de seus serviços, e, por fim, os cativos, segmento composto por indígenas de outras etnias, capturadas durante as expedições guerreiras. Com a fixação dos *Kadiwéu* na terra e a apropriação massiva do entorno por fazendas de gado, houve alterações em seu “morfismo” cultural, pois já não era possível fazer guerra e, como tal, dispor de “cativos” (DURAN, 2015). A ideia do “índio guerreiro” foi reconfigurada no âmbito mitológico e dos rituais, expressa atualmente em algumas ocasiões festivas, tal como na festa do Navio, em que são representadas batalhas do conflito do Brasil com o Paraguai (PECHINCHA, 2014).

Da mesma forma, a arte se ateu, no cotidiano, mais ao ambiente doméstico, mantendo-se, entretanto, como elemento diacrítico de sua cultura e como agente de contato com o mundo exterior, por iniciativa das mulheres, a partir da venda e da valorização de seus produtos (DURAN, 2015). Cabe ressaltar que novas artes têm se apresentado ao fazer da mulher *Kadiwéu*, caracterizadas pelos padrões de pintura que lhes são próprios, mas se utilizando de novos suportes, como tecido e tela, e novos materiais como tintas sintéticas adquiridas no mercado convencional. A esses artefatos se somam os da arte tradicional, confeccionados com materiais recolhidos dentro do próprio território, como acontece com objetos de madeira e palha e com o trabalho das mulheres ceramistas, que não apenas mantêm a produção da arte tradicional como continuam “transmitindo essa prática para suas



filhas [que,] a partir dos quatro anos de idade, já se iniciam na modelagem através de brincadeiras usando o barro ao lado da mãe, enquanto os homens cuidam das terras” (VERGÍLIO, 2023. p. 4).

### 2.3 Aldeia Alves de Barros – Nalagate Libatadi

A Aldeia Alves de Barros, ou Nalagate libatadi (Pé da Serra), como é nominada pelos *Kadiwéu* (VERGÍLIO, 2023), é considerada aldeia sede, possuindo atualmente em torno de 600 habitantes, distribuídos em 120 famílias (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SED/MS2021). Em meio ao cerrado da planície pantaneira, a aldeia se irradia através da vasta área de vegetação nativa e por entre pequenos cursos d’água, tendo, a Leste, a exuberante moldura verde azulada da Serra da Bodoquena. As moradias encontram-se dispersas por toda a extensão da aldeia, em terrenos de grandes dimensões, que em alguns casos tomam a proporção de sítios, onde habitam famílias extensas que cultivam pequenas roças de mandioca, abóbora, feijão, milho, dentre outras culturas, e mantêm árvores frutíferas, tais como mangueiras, cajueiros, laranjeiras e bananeiras. Possuem também animais de criação, como gado, porcos, ovelhas, galinhas, além de animais domésticos, como cães e gatos.

A área para a qual converge a coletividade da aldeia, e que constitui o seu centro, abriga uma escola pública desativada; a Escola Estadual Indígena Antônio Alves, de ensino fundamental e médio, com capacidade para atender 180 estudantes; uma quadra de esportes; um posto do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO); uma igreja Evangélica e o Centro Cultural, que consiste numa área coberta de aproximadamente 100 m<sup>2</sup>, com arquibancadas nas laterais, própria para realização de reuniões, feiras e apresentações culturais<sup>6</sup>. O Centro Cultural foi construído a partir de demanda da comunidade e se destina a atender iniciativas e eventos da aldeia, tais como feiras, reuniões, encontros festivos, entre outros, servindo também como receptivo e palco de apresentações culturais para visitantes.

De acordo com Vergílio (2023), a Aldeia Alves de Barros é a

comunidade que mais se preocupa em realizar as festividades tradicionais indígenas específicas deste grupo, sendo que é possível assistir a rituais como a festa da menina moça, a retirada do luto, o batismo de criança no primeiro dia de dança, o ritual da distribuição de carne, por exemplo, nos dias de festividade, entre outras atividades (VERGÍLIO, 2023, p. 4).

Ao lado do Centro Cultural, foi inaugurada, em fevereiro de 2024, a Casa das Mulheres Artistas *Kadiwéu*<sup>7</sup>, um espaço projetado para abrigar a produção das mulheres ceramistas e artistas da aldeia, no qual poderão expor e comercializar seus produtos, realizar oficinas, entre outras atividades ligadas à arte e

<sup>6</sup> O Centro Cultural foi construído com recursos do projeto “Pesquisa sobre cerâmica e o fomento da comunidade e cultura *Kadiwéu* no Mato Grosso do Sul”, parceria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da Universidade de Manitoba (Canadá) e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect).

<sup>7</sup> Essa edificação resultou igualmente do projeto “Pesquisa sobre cerâmica e o fomento da comunidade e cultura *Kadiwéu* no Mato Grosso do Sul”, em sua segunda etapa de realização.



ao fazer das mulheres na aldeia. Uma liderança assim definiu o local: “a Casa é nossa, é minha, é sua, é de toda mulher *Kadiwéu*” (Líder ceramista, Aldeia Alves de Barros), enquanto que outra interlocutora afirmou orgulhosa: “agora nós temos um lugar para mostrar e vender nossas cerâmicas” (Ceramista, Aldeia Alves de Barros). Os espaços recentemente construídos, sobretudo os que atendem às demandas das mulheres da aldeia, visam, de um lado, potencializar a produção cerâmica e de artefatos de arte *Kadiwéu* e, de outro, incrementar a visitação à aldeia, de tal forma a promover o turismo e a economia local, ao mesmo tempo em que contribuem para consolidar o lugar da mulher artista no seio da comunidade.

O Centro Cultural, devido à rede de *Wi-fi* disponível na escola, é um local de atração de jovens da aldeia, sendo que ali se reúnem, sobretudo aos finais de semana, para conversar, acessar as redes sociais com seus celulares e socializar com amigos. Por ali também circulam muitos moradores, que se dirigem aos cultos da igreja, visitam parentes, retornam de passeios e trabalho diários, sendo um local de significativo trânsito de pessoas. Os jovens reclamam da pouca oportunidade de lazer e mesmo de trabalho na aldeia. Essa demanda não passa despercebida pelas lideranças mais velhas, sobretudo das mulheres que, em conversas durante a visita dos pesquisadores/as, expressaram preocupação em relação à educação graduada, que é uma demanda constante das famílias, e manifestaram expectativa em torno do turismo como alternativa de trabalho e perspectiva de futuro para esse segmento da aldeia. Como relatou uma interlocutora:

Precisamos que nossos jovens saiam para estudar, que se formem numa profissão, como professores, advogados, enfermeiros... Mas, é preciso que eles voltem, para morar na aldeia e ajudar o seu povo. Nós vivemos muito tempo fechados, voltados para nossos problemas internos. Foi preciso, prá gente poder se organizar e se fortalecer. Mas agora, é hora de abrir para fora, sair para estudar. São poucos os *Kadiwéu* com graduação, com diploma. Precisamos de muito mais. E também, abrir a aldeia para receber pessoas de fora, o que não acontecia até pouco tempo. Agora nós estamos nos abrindo para receber essas pessoas, pesquisadores, estudantes, turistas (Interlocutora *Kadiwéu*, 2024).

O turismo, desse modo, aparece como uma das modalidades de ação que compõem o projeto mais amplo de abertura do povo *Kadiwéu* para o diálogo e intercâmbio com o “mundo de fora”. Se permaneceram por um tempo focados em questões de ordem grupal, fosse em razão de querelas internas, fosse pela necessidade de defesa de seu território, os *Kadiwéu* agora, sobretudo por iniciativa das mulheres, começam um processo de abertura e diálogo com a alteridade.

Desse modo, a atividade turística não é percebida apenas como propícia à complementação de renda. Mais que isso, é um setor no qual a comunidade, para além do incremento da economia local, deposita confiança como potencial de afirmação étnica, de controle da mobilidade forçada de seus membros e como reguladora da dinâmica social interna, sejam as relações familiares, de parentesco, os casamentos e alianças, enfim, uma atividade capaz de abrir oportunidades e horizontes aos jovens e de



contribuir para o equilíbrio social no cotidiano das aldeias. Da mesma forma, é percebida como um meio de ampliação e diversificação das redes de relações com outras sociedades, indígenas e não indígenas.

A atividade, que se almeja incrementada no interior da T. I., perfaz, desde algum tempo, o horizonte de expectativas e demandas da comunidade. O Programa Corredor Azul – Pantanal, numa ação implementada em 2018 pela *Wetlands International* Brasil, em parceria com o Mupan – Mulheres em Ação no Pantanal – trabalhou junto às famílias Kadiwéu, na elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da T. I. Kadiwéu, no qual o turismo aparece como um dos itens do Plano de Vida da comunidade (PEREIRA; CRISTOFORI, 2022).

#### **2.4 A Aldeia Campina – Exonagha.**

A Aldeia Campina, ou Exonagha no idioma Kadiwéu, foi criada no ano de 1930, formada por um grupo de aproximadamente 13 famílias que se instalou em terras altas, à borda da Serra de Bodoquena, no município de Porto Murtinho – MS. Com aproximadamente 120 habitantes, a aldeia tem sua economia centrada na produção de roçados, nos quais cultiva arroz, mandioca, abóbora, feijão de corda, milho, cabaças, entre outros produtos; e no trabalho masculino exercido fora da aldeia, em fazendas vizinhas. Recentemente, por iniciativa e o trabalho de mulheres da aldeia, teve início a produção e comercialização incipientes de produtos artísticos e artesanais.

Se comparada à vizinha Alves de Barros, a aldeia Campina é uma comunidade pequena e que encontra dificuldades para estabelecer diálogo e parcerias com a sociedade envolvente, sobretudo no que diz respeito à participação em projetos e programas que resultem em benefícios econômicos, sociais e culturais para a comunidade e seu ambiente. Tal como comentou uma jovem interlocutora local, a aldeia Campina, por ser relativamente recente e de pequeno porte, tende a ser preterida em projetos destinados aos povos indígenas em geral e aos *Kadiwéu* em particular. Os desafios são de toda ordem, desde oportunidades e condições favoráveis de trabalho, até mesmo de meios de transporte e mobilidade, que permitam o escoamento de seus produtos, sendo que a comunidade, pelas condições modestas de sua população não tem acesso facilitado à cidade mais próxima, que é Bodoquena.

Devido a indisponibilidade de matéria prima, a argila para a produção de cerâmica, essa arte e o conseqüente comércio que promove se mostram inviáveis na aldeia Campina. Tal dificuldade levou recentemente as mulheres da aldeia a investir em outras formas tradicionais de produção artística, condizentes com sua cultura e sua realidade. Foi então que elas encontraram no grafismo, mais exatamente na pintura em tecido e em telas, um meio de expressar sua identidade cultural, dar vazão a sua criatividade e criar novas fontes de renda.



Durante a visita técnica foi possível conhecer o trabalho do grupo Ghaletá, composto por jovens artistas da aldeia. Trata-se de um “grupo de dança tradicional feminino” (VERGÍLIO, 2023), que atua também na produção da arte através da pintura e confecção de adornos com sementes, ossos e palha. Da mesma forma, confeccionam artefatos como lanças, arco e flecha, arte em madeira entalhada e cestarias com palha da palmeira pindó. Através das pinturas o grupo tem expressado a tradição do grafismo, porém aplicado a suportes alternativos, como tecidos, couro e outros, que se transformam também em objetos de vestuário e acessórios, tais como *ecobags*, vestidos e camisetas, sempre com motivos da cultura *Kadiwéu*.

Recentemente, com aporte do Fundo Mulheres Indígenas do Brasil, foi promovida na aldeia uma oficina de pintura e confecção em tecido, ministrada inclusive por uma jovem estilista da própria Campina. De acordo com ela, “na Campina foi pensado em trabalhar com grafismo, grafismo cultural. Aqui se pensou em oficina de grafismo, para desenhar em roupa. Quero mostrar ao mundo a nossa identidade através da moda” (Estilista *Kadiwéu*). A realização da oficina aumentou o interesse das mulheres da aldeia, jovens e anciãs, em trabalhar com esses materiais, que possibilitam a manutenção da cultura do grafismo indígena e, ao mesmo tempo, permitem um diálogo mais próximo com o mercado, através da arte da pintura e da moda. Tal possibilidade tem seu êxito condicionado, em muitos aspectos, ao aporte externo, que proporcione as condições mínimas para o seu desencadeamento, como oferta de matéria prima, transporte e local para recepção e comércio dos produtos dentro e fora da aldeia.

O interesse por conhecer as áreas indígenas tem se mostrado crescente entre os turistas que visitam a região de Bonito, Jardim e Bodoquena, o que favorece a aldeia Campina, pois, além do acesso ser menos problemático que à Aldeia Alves de Barros, o turista que deseja visitar essa última deve passar necessariamente pela primeira. Tal condição favorece a visitação a essa aldeia, o que tem sido um aspecto motivador das iniciativas voltadas para o turismo.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa que resultou neste artigo advém de estudos anteriores sobre experiências de povos indígenas no mercado turístico de Mato Grosso do Sul (BANDUCCI JÚNIOR; URQUIZA, 2012; SILVA E NETO, 2023), de trabalhos sobre o turismo no Pantanal (BANDUCCI JÚNIOR, 2003; RIBEIRO, 2015) e de levantamentos na T. I. *Kadiwéu*, realizados por ocasião de duas visitas técnicas, a convite da própria comunidade, às Aldeias Alves de Barros e Campina, na T. I. *Kadiwéu*, no município de Porto Murtinho-MS, com o intuito de proceder à avaliação de potencial e de demandas para o turismo. Os levantamentos de campo contaram com observação direta e entrevistas com interlocutores indígenas e o contato com a realidade das duas comunidades visitadas. Os dados foram



analisados com base em referencial teórico da antropologia e da geografia do turismo, bem como, pautados em estudos sobre os povos indígenas do Pantanal.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 O Turismo nas Aldeias

Em meio a esse cenário, de anseios coletivos, de iniciativas estruturantes e de abertura para a alteridade o grupo de pesquisadores teve a oportunidade de realizar duas visitas à aldeia Alves de Barros, sendo uma caracterizada como visita técnica, a fim de desfrutar dos serviços de atendimento turístico, como experiência de receptividade da aldeia, e uma visita a convite das ceramistas para a inauguração da Casa das Mulheres Artistas *Kadiwéu*.

Um primeiro aspecto a se destacar quanto à estrutura para a recepção na aldeia é a relativa dificuldade de acesso à Alves de Barros. Distante aproximadamente 45 km da cidade de Bodoquena, em estrada de chão batido, a aldeia não estaria, do ponto de vista espacial, deslocada do circuito do turismo regional. A viagem, inclusive, reserva atrativos de impressionante beleza cênica, como os mirantes que permitem observar a vastidão verde da planície pantaneira. O maior desafio no acesso está, entretanto, no caminho que leva do alto da Serra até a aldeia, na planície, pois a descida é íngreme e acidentada, devendo o trajeto ser realizado em veículos com tração nas quatro rodas e com motoristas experientes.

Para movimentar-se entre a aldeia e a cidade, os moradores da Alves de Barros se utilizam do serviço de freteiros, da cidade de Bodoquena, que estão adaptados aos caminhos íngremes da Serra. Para os turistas esse seria o meio mais adequado de acesso à aldeia. Os veículos, porém, ainda que adaptados, são antigos, pouco confortáveis e o frete tende a ser de valor elevado, em torno de R\$ 600,00 no transcurso ida e volta para visitantes externos. Tal condição encarece a viagem e tende a ser um fator inibidor de visitas ao turista ocasional ou com menos recursos.

Estando na aldeia foi oportunizado ao grupo desfrutar diferentes experiências concebidas para serem futuramente ofertadas aos turistas, como o contato próximo com o ambiente do Pantanal e da Serra da Bodoquena e a vivência da cultura indígena e do cotidiano da aldeia. Trata-se de atividades atraentes, que apontam para a possibilidade de elaboração de roteiros diversos tendo como foco atrativos culturais, ambientais e de aventura.

A primeira atividade que foi dado participar consistiu na visita ao ateliê de uma ceramista, no pátio lateral de sua casa. A experiência, extremamente bem elaborada e enriquecedora, permitiu ao grupo apreciar todo o processo produtivo da cerâmica, desde o barro bruto até a queima e sua pintura final. A artista preparou previamente diferentes peças e as expôs em estágios distintos de fabricação. Enquanto moldava um dos objetos cerâmicos ou imprimia com auxílio de um cordão os desenhos



tradicionais em outro, a artista relatava as etapas da confecção e o significado dos grafismos impressos às peças. Nesse contexto foi possível observar critérios que fundamentam os processos de produção de suas artes, sendo que mesmo a ordem de elaboração dos desenhos obedece a princípios ontológicos (DURAN, 2017), como acontece com os grafismos circulares, desenhados sempre no sentido interno para o externo, e não o contrário. Segundo a ceramista, “é porque não podemos voltar atrás mas sim, sempre caminhar para frente” (Ceramista Kadiwéu, Aldeia Alves de Barros).

Concluída a tarefa, ela efetuou a queima de dois vasos, em uma fogueira acesa para esse fim. Ao final, deu início ao processo de pigmentação de um vaso com o uso de diferentes argilas e de pau santo, vegetal do qual extraem a resina que depois de derretida fornece um verniz de cor preta característico da decoração das cerâmicas *kadiwéu* (DURAN, 2015). Extasiados com a experiência, os participantes adquiriram todas as peças fabricadas a seus olhos e outras restantes do acervo da artista.

Em outro momento, o grupo pode participar de uma excursão para a coleta de barro verde numa área de mata ao pé da Serra da Bodoquena. Trata-se de um dos tipos de argila utilizada na pintura das peças cerâmica, empregado in natura na pigmentação dos artefatos. A busca pelo barro não era de resultado garantido, o que tornou a expedição uma aventura pitoresca. O material somente foi encontrado depois da indicação de um indígena mais velho, nas margens de um riacho. Após longa escavação o barro surgiu, para alegria dos presentes, em sua coloração característica, verde acinzentado, contrastando com a argila marrom do barranco, e pode ser depositado em pequenos recipientes, entregues mais tarde às ceramistas.

Para além dos atrativos principais, o grupo realizou passeios para conhecer a aldeia e efetuou visitas a algumas residências onde os moradores, em grande expectativa, aguardavam para conversas e o comércio de artefatos cerâmicos e em madeira e palha. As experiências, ao mesmo tempo fascinantes e divertidas, permitiram ao nosso grupo uma imersão, ainda que breve, instrutiva e afetiva ao contexto da produção cerâmica *Kadiwéu* e a alguns aspectos do cotidiano e da cultura da aldeia.

Todo o roteiro, a recepção, os atrativos foram pensados e preparados pelos indígenas, sobretudo as ceramistas, que contaram com o apoio do vice cacique e dos brigadistas do PREVFOGO. Não houve menção, no decorrer da visita e das conversas, sobre a participação ou orientação de parcerias como Ongs, empresários ou mesmo da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) acerca da implantação do turismo na aldeia. Trata-se de projeto autogestionado, que nasce do desejo e do interesse do grupo e, sobretudo, de seu esforço focado para a implantação do turismo no interior das aldeias e que aponta para uma experiência pautada em princípios do etnodesenvolvimento, tal como define Honorato (2020), sendo um vetor de afirmação étnica e de resistência a ingerências externas (GORAYEB *et al.*, 2018), considerando que a atividade vem sendo implantada segundo um modelo, ritmo e interesses próprios do grupo indígena.



Na aldeia Campina, o movimento em direção ao turismo é mais recente e resulta da percepção das mulheres da comunidade, que mesmo impossibilitadas de produzir o artefato mais característico de presença *Kadiwéu* no mercado turístico, a cerâmica, existem outros aspectos da cultura, tais como as danças, a pintura em diferentes plataformas e a produção de adereços que podem permitir-lhes se inserir no circuito do turismo local. Assim, constituído o grupo *Ghaletá* e iniciada a produção de pintura em tecidos e a confecção de vestuário e bolsas, algumas das mulheres (e artistas) *Kadiwéu* relataram terem se “descoberto” enquanto pintoras nesse processo de produção dos grafismos em tecidos. Como tal, tem se consolidado a demanda das mulheres da comunidade pela edificação de uma casa de arte, semelhante à da Alves de Barros, onde possam produzir e armazenar sua arte, da mesma forma que recepcionar e comercializar seus produtos com os visitantes.

É nesse sentido que a edificação de um centro, com oficina e receptivo para atender ao comércio com visitantes, se mostra uma iniciativa importante e premente, pois a comunidade tem assistido à chegada dessa clientela, curiosa por sua cultura e interessada em adquirir seus produtos, porém, não dispõe de condições de atendê-la a contento e de promover a dinâmica da economia local a partir dessa atividade. Falta-lhes infraestrutura física e matéria prima suficiente para produzir artefatos que lhes permita ingressar nesse mercado.

No roteiro da visita à Aldeia *Exonaga*, a apresentação de dança tradicional não pôde se realizar, porém, o grupo de jovens mulheres se apresentou vestido com a indumentária por elas produzida, sendo vestidos, blusas e saias com estampas inspiradas no grafismo *Kadiwéu*, além das pinturas faciais. Houve uma roda de conversas que versou sobre as origens e práticas do grupo, bem como sobre suas demandas para a vida na aldeia. Oficinas de pintura e produção de artefatos indígenas, da mesma forma que cursos de informática e maquiagem apareceram como reivindicação das jovens. Foi consenso nas falas a necessidade de integrar a aldeia ao circuito do turismo regional, o que entendem como promissor, tendo em vista o aumento no número de pessoas que por ali circulam com destino à Aldeia Alves de Barros. No decorrer da conversa, ao abordar as demandas por investimento públicos, ficou nítido o interesse por mais infraestrutura, incluindo melhoria da estrada, facilidade de transporte e a edificação do local para recepção de turistas e comercialização das peças produzidas pelo grupo .

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade turística perpassa o cotidiano das aldeias *Kadiwéu* desde longa data. Para além das investidas do empreendimento turístico em seu território, e comumente sem seu consentimento, em busca dos atrativos naturais ali preservados, o trabalho das mulheres ceramistas, cujas peças artísticas são muito apreciadas pelos visitantes que se dirigem à região, confirmam a presença



indígena no circuito turístico do Pantanal. A sua inserção e permanência nesse setor tem se dado, entretanto, de forma tangencial, o que se traduz em desconforto, resistências e, como no caso aqui analisado, em iniciativas por promover maior centralidade e protagonismo dos indígenas no mercado turístico regional.

As aldeias Alves de Barros e Campina vivenciam atualmente um período de abertura de seu povo para o diálogo e o contato com a alteridade. A formação acadêmica dos jovens demonstrou ser uma preocupação frequente das famílias, associada à busca de alternativas para a manutenção desses jovens nas aldeias. Nesse contexto, o turismo desponta como atividade atraente para as comunidades, pois é reconhecido o interesse dos turistas pelas culturas indígenas, seus territórios, sua arte e seu cotidiano, ao mesmo tempo em que se consolida o desejo dos *Kadiwéu* por promover o turismo nas aldeias.

Se o turismo surge a esse povo como vetor capaz de gerar frentes de trabalho e incrementar a renda no interior das aldeias, desponta, da mesma forma, como catalizador de afirmações étnicas e como mecanismo ampliação das redes de relações sociais com outras sociedades e outras etnias. E são justamente as mulheres ceramistas que têm se colocado à frente desses projetos, pautadas nas experiências de contato com a alteridade propiciada pelo comércio extra aldeia e pela preocupação com o futuro da população mais jovem. Ao mesmo tempo, seu protagonismo decorre da condição de artistas, comerciantes e provedoras que o turismo lhes proporciona.

O modelo de turismo que vem sendo pensado nas aldeias visitadas indica tratar-se de experiências muito bem concebidas e articuladas, pautadas em gestão própria, em conformidade com os princípios do etnodesenvolvimento, que exaltam a cultura e práticas tradicionais, incluindo a produção cerâmica, o grafismo, as danças e também o contato com o cotidiano das aldeias, tal como preconiza o segmento do etnoturismo.

De acordo com Lustosa (2018), diante do contexto de inserção de comunidades indígenas na conjuntura do turismo nacional, em que alguns povos tendem a sofrer pressões dos grandes empreendimentos turísticos nacionais e internacionais, que se apropriam dos projetos turísticos em seus territórios, convém a partir de uma linha de tempo acompanhar a origem e o desenvolvimento do turismo em T. I., a fim de compreender as ingerências que porventura se abatam sobre os projetos autogestionados dos povos indígenas e auxiliar em seu controle. Esse estudo, voltado para uma experiência incipiente de turismo em duas aldeias *Kadiwéu*, para além de relatar o processo desencadeado com vistas a implantação do turismo nessas áreas, pretende ser uma fonte inicial de acompanhamento desses projetos em Território Indígena *Kadiwéu*.

Nesse momento, é possível constatar que os *Kadiwéu* têm buscado afirmar e ampliar sua participação no mercado turístico do estado. Suas iniciativas, ainda que incipientes e gradativas, são determinadas e, o mais importante, pautadas no propósito da autodeterminação e autogestão. O



turismo tende, assim, a se constituir para esse povo como um meio possível de reprodução da vida coletiva, do ponto de vista material e cultural. Da forma como o grupo a concebe, a atividade aparece como instrumento de resistência, como meio de emancipação de mulheres, de afirmação identitária, entre outros. Mais que isso, no dizer do antropólogo Viveiros de Castro (2017), o turismo desponta como forma de “resistência”, na medida em que desencadeia no interior do grupo formas de resistir e de se repensar e recolocar no mundo, de promover e valorizar a tradição ao mesmo tempo em que reorganiza a dinâmica social e cultural.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Sabrina Sales. **Ecoturismo e identidade no pantanal sul: usos da categoria “pantaneiro” em perspectiva**. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -UFMS, 2023.
- BANDUCCI JUNIOR, Álvaro. **A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.
- BANDUCCI JUNIOR, Álvaro. **Catadores de iscas e o turismo da pesca no pantanal mato-grossense**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2006.
- BANDUCCI JUNIOR, Álvaro. Turismo cultural e patrimônio: a memória pantaneira no curso do Rio Paraguai. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, p. 117-140, 2003.
- BANDUCCI JUNIOR, Álvaro; URQUIZA, Antonio Hilário Aguilera. Povos indígenas e o turismo em Mato Grosso do Sul: Descaso e improviso. **Cadernos do LEME**, v. 4, n. 2, p. 1-22, 2012.
- BOGGIANI, Guido. **Os Caduveo**. [1.ed. 1894] São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945.
- CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2015.
- CHIARAVALLOTI, Rafael M.; CATELLA, Agustin; SIQUEIRA, André L. Pesca Profissional Artesanal no Pantanal Sul: Histórico, Manejo dos Recursos e Recomendações para a Sustentabilidade. **Revista Biodiversidade Brasileira**, v. 12, n. 2, p. 1-15, 2022.
- COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David; WANHILL, Stephen. **Turismo: Princípios e Práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- DURAN, Maria Raquel. C.. Leituras antropológicas sobre a arte Kadiwéu. **Cadernos de Campo**, v. 24, n. 1, p. 43-70, 2015. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v24i24p43-70>.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Índios no Estado de São Paulo: Resistência e transfiguração**. São Paulo: Yankatu Editora, 1984.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. Da invisibilidade à visibilidade da história do povo Guató no Pantanal. **Revista Tellus**, v. 23, n. 51, p. 161–225, 2023.
- FERNANDES, Jéssica. Aldeia estreia turismo ‘bate e volta’ com dança, artesanato e comida. **Jornal Campo Grande News**. Campo Grande, 07 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/aldeia-estrela-turismo-bate-e-volta-com-danca-artesanato-e-comida>
- GORAYEB, Adryane; MEIRELES, A. J. A.; LUSTOSA, Isis M. C.; ALMEIDA, Maria. G. de. **Anais do IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades**



- Tradicionais:** Ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento, Fortaleza: Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará, 2018.
- HONORATO, Bruno E. de F. **O chamado da floresta:** um estudo sobre o festival de cultura Yawanawa, Tese (Doutorado em Administração), Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, p. 439, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Mensal de Serviços**, 2020. (Recuperado em 22 abril de 2024, em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/>)
- LADEIRA, Maria Eliza.; AZANHA, Gilberto. **Povos indígenas no Brasil:** Terena, 2014. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena> Acesso em: 18 mai 2024.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos.** [1.ed. 1955] Trad. Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LUSTOSA, Isis Maria C. Políticas públicas para regulamentar o turismo em terras indígenas: povos indígenas, projetos de turismo e demarcação no Brasil. In: GORAYEB, Adryane; MEIRELES, A. J. de A.; LUSTOSA, I. M. C.; ALMEIDA, M. G. de. **Anais do IV Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais:** Ataques aos seus direitos e suas estratégias de enfrentamento, Fortaleza: Departamento Geografia - UFC, 2018.
- MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina; gênese, características e políticas. In BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Eds.). **Turismo de Base Comunitária, diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009, p. 25-44.
- MORETTI, Edvaldo C. Atividade turística no Pantanal e as transformações no trabalho. **Revista de geografia**, ano 5, n. 9, p. 41-46, jan/jun de 1999.
- MUSEU DA PESSOA. **Olho de Gavião:** um indígena de muitas vidas Marcelo Silva. (Entrevista), 2008.
- PECHINCHA, Mônica T. S. **Povos indígenas no Brasil:** Terena. 2014. (Recuperado 18 de maio de 2024, em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Terena>)
- PEREIRA, Lilian R.; CRISTOFORI, Pedro P. **Plano de vida do território indígena Kadiwéu.** 2. ed. Campo Grande – MS: Mupan, 2022.
- PEREIRO, Xerardo. Pelos trilhos do(s) turismo(s) indígena(s). **Revista de Estudos na Cultura - AGÁLIA.** Turismo em terras indígenas, p. 9-34, 2015.
- RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu.** Petrópolis: Vozes, 1980.
- RIBEIRO, Mara Aline. **Entre cheias e vazantes:** a produção de geografias no Pantanal. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SED-MS). **Governo investe na Terra Indígena Kadiwéu em benefício de três mil índios**, 2021. ( <https://www.sed.ms.gov.br>. Acesso em: maio de 2024).
- SILVA E NETO, Jhemerson da. **Possibilidade(s) de etnoturismo de base comunitária entre o povo Kadiweu:** um olhar a partir das aldeias Campina e Alves de Barros, 2023 (Relatório de pesquisa).
- SILVA, Giovani J. da. De Mbayá-Guaikurú a Kadiwéu: uma sociedade de artistas e guerreiros. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul:** história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- VERGÍLIO, Benilda. **Exonada ania nalagate libatadi, elé me anotio.** Aldeia Campina e Aldeia Alves de Barros, seja bem-vindo(a). PPGAS-UFMS, 2023. (Relatório de pesquisa).



VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os involuntários da pátria, elogio do subdesenvolvimento.**  
São Paulo: Edições Chão da Feira, 2017.